



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL - SELOG/SR/PF/SP

Assunto: **Revogação do Pregão Eletrônico 20/2022 e correção de documentos para republicação**

Destino: **SR/PF/SP**

Processo: **08500.014823/2022-15**

Interessado: **SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL - SELOG/SR/PF/SP, NÚCLEO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA - NEOF/SELOG/SR/PF/SP, COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES - CPL/SELOG/SR/PF/SP, GESTÃO DE CONTRATOS - GESCON/SELOG/SR/PF/SP**

1. Trata-se de processo licitatório para a contratação de empresa para o fornecimento de mão-de-obra terceirizada que melhor atenda às necessidades da SR/PF/SP. A Superintendência Regional em São Paulo instaurou processo licitatório visando a contratação de empresa para o fornecimento de mão-de-obra terceirizada através do Processo SEI 08500.014823/2022-15.
2. O processo foi instruído visando a contratação de empresa para o fornecimento de mão-de-obra terceirizada em jornada de 40h/semanais. Sendo certo que as contratações anteriores da SR/PF/SP, visando o mesmo objeto, correspondiam a uma jornada laboral de 44h/semanais.
3. Considerando que o maior efetivo de colaboradores terceirizados por Delegacia encontra-se disponibilizado para a DELEMIG/DREX/SR/PF/SP, e cuja essencialidade do atendimento ao público externo foi expresso inclusive através da Nota Técnica DELEMIG (SEI 24997167), no bojo do processo de conciliação entre a SR/PF/SP e a empresa SM Service System Ltda - 08500.015899/2022-50;
4. Considerando que no processo licitatório ora instaurado não constava ainda a manifestação da DELEMIG/DREX/SR/PF/SP acerca da modificação da jornada de trabalho dos colaboradores e quais os impactos dessa modificação sobre as necessidades daquela Unidade para o atendimento ao público externo;
5. Considerando que, instada a se manifestar, a DELEMIG/DREX/SR/PF/SP encaminhou Nota Técnica (25970994), na qual informa que o atendimento ao público externo naquela Unidade é superior a oito horas/diárias, sendo que a extensa jornada de trabalho é o que viabiliza o expressivo volume de atendimento ao público externo:

"17. Eventual redução da jornada de 44h/semanais para 40h/semanais impactará na estrutura atualmente em operação, pois significará, em termos práticos, a redução em cerca de 10% da força de trabalho hoje disponível. Nesse cenário, é possível prever redução do atendimento ao público e maior demora nas atividades internas de apoio causadas pela redução da força de trabalho."
6. A Nota Técnica (25970994) analisa ainda eventual risco de aumento da rotatividade dos colaboradores:

"18. Eventual redução da jornada de 44h/semanais para 40h/semanais poderá implicar em aumento da rotatividade dos contratados, pois o salário a ser pago será, em termos absolutos, inferior ao valor pago sob a égide do contrato atual.

19. A alta rotatividade dos contratados é prejudicial ao serviço, uma vez que, especificamente no caso da DELEMIG e seus Núcleos, as atividades ali realizadas em regra exigem conhecimento especializado na legislação e normativos e nos sistemas de informática. Isso faz com que o treinamento de novos colaboradores seja mais demorado. Além disso, nem todas as pessoas têm perfil para trabalhar no atendimento ao público externo (em que são necessárias qualidades como boa capacidade de comunicação, maior paciência, empatia etc), sendo desejável manter as pessoas com esse perfil."
7. A eventual redução da jornada de trabalho de 44h/semanais para 40h/semanais na nova contratação também traria riscos jurídicos, uma vez que, para o caso concreto duas Convenções Coletivas de Trabalho (CCTs) apresentam cláusulas que vedam a proporcionalização do salário base de 44h/semanais para 40h/semanais, ressalvado o disposto no Artigo-58A da CLT.
8. Na Convenção Coletiva de Trabalho nº SP006277/2022 - SINDEPRESTEM x SINDEEPRES estabelece que:

"CLÁUSULA QUARTA - SALÁRIO NORMATIVO, estabelece:

"O salário normativo praticado será no mínimo de R\$ 1.372,95 (mil trezentos e setenta e dois centavos e noventa e cinco centavos) por mês, **independente da jornada mensal praticada, ressalvado o disposto no art. 58-A da CLT.** No caso do valor do salário normativo ficar em valor inferior ao do salário mínimo estadual de 2022, que vier a ser promulgado por Lei, as empresas ficam obrigadas a corrigi-los."
9. A CLT em seu artigo 58-A, define o trabalho em regime de tempo parcial como aquele cuja duração não exceda 30 horas semanais:

"Art. 58-A. Considera-se trabalho em regime de tempo parcial aquele cuja duração não exceda a trinta horas semanais, sem a possibilidade de horas suplementares semanais, ou, ainda, aquele cuja duração não exceda a vinte e seis horas semanais, com a possibilidade de acréscimo de até seis horas suplementares semanais. (Redação dada pela Lei nº 13.467, de 2017)"
10. Entendimento análogo pode ser encontrado na Convenção Coletiva de Trabalho SP001183/2022 dos funcionários de Asseio e Conservação de São Paulo:

"CLÁUSULA TERCEIRA - PISO SALARIAL A partir de 1º de janeiro de 2022, serão garantidos os seguintes salários normativos, para jornada de 44 (quarenta e quatro) horas semanais e de 220 (duzentas e vinte) horas mensais, já computados os Descansos Semanais Remunerados (DSR's), exceto as jornadas estabelecidas nas cláusulas: JORNADA DE TRABALHO INFERIOR A 04 (quatro) HORAS DIÁRIAS e JORNADA DE TRABALHO DE 06 (seis) HORAS DIÁRIAS."

"CLÁUSULA TRIGÉSIMA OITAVA - JORNADA DE TRABALHO INFERIOR A 4 (QUATRO) HORAS DIÁRIAS Fica garantido o pagamento de 50% (cinquenta por cento) do piso salarial na função exercida, para os trabalhadores que cumprem jornada até 4 (quatro) horas diárias.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA NONA - JORNADA DE TRABALHO DE 6 (SEIS) HORAS DIÁRIAS Fica garantido aos empregados que trabalham a partir de 6 (seis) horas diárias ou 180 (cento e oitenta) horas mensais, já computados os Descansos Semanais Remunerados (DSR's), o piso salarial mínimo da função desempenhada, estabelecida no quadro de pisos salariais."
11. Assim, nos parece, s.m.j., que as Cláusulas das Convenções Coletivas de Trabalho citadas acima não permitem proporcionalizar o piso salarial das categorias profissionais abrangidas nas mesmas, de acordo com a jornada de 40 horas/semanais.
12. Desta forma, entendo que tanto por seus aspectos do melhor atendimento ao público externo, quanto para evitar eventuais riscos jurídicos acima referenciados, deve a SR/PF/SP contratar empresa para disponibilização de colaboradores terceirizados em regime de trabalho de 44h/semanais, observando o que dispuser a legislação em vigor.
13. Por seu turno, a alteração proposta de cláusula editalícia proposta possui capacidade para afetar a formulação das propostas dos licitantes e deverá, portanto, implicar na republicação do Edital. Manifestou-se neste sentido, o TCU-Acórdão-Plenário 2032/2021.

"A alteração de cláusula editalícia capaz de afetar a formulação das propostas das licitantes sem a republicação do edital e a reabertura dos prazos para apresentação de novas propostas ofende os princípios da publicidade, da vinculação ao instrumento convocatório e da

isonomia.”

14. Diante do exposto, encaminhe-se ao Sr. Superintendente Regional, com sugestão de determinar:
- 14.1. a Revogação do Pregão Eletrônico nº 20/2022, nos termos do art. 53 da Lei 9.784/99;
- 14.2. a alteração da instrução processual para contemplar a contratação pretendida em jornada de 44h/semanais;
- 14.3. e republicação do Edital visando a contratação em tela.

Carlos Nalvo Machado Junior
Perito Criminal Federal
Chefe do SELOG/SR/PF/SP

DESPACHO DO ORDENADOR DE DESPESAS

1. Ciente e de acordo com o Despacho supra.
2. Revogo o Pregão Eletrônico nº 20/2022, nos termos do art. 53 da Lei 9.784/99, adotando os fatos e fundamentos previstos no despacho supra como razões para a decisão; e
3. Determino:
- 3.1. a alteração da instrução processual para contemplar a contratação pretendida em jornada de 44h/semanais;
- 3.2. a republicação do Edital visando a contratação em tela.

ORDENADOR DE DESPESAS
(Assinatura Eletrônica)



Documento assinado eletronicamente por **CARLOS NALVO MACHADO JUNIOR, Chefe de Setor**, em 29/11/2022, às 10:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **RODRIGO LUIS SANFURGO DE CARVALHO, Superintendente Regional em Exercício**, em 29/11/2022, às 18:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **25971971** e o código CRC **1339F646**.